

ORGANIZADORES

Grégore Moreira de Moura e Daniel Dela Coleta Eisaqui

Direito
PÚBLICO

LIBERDADE,
IGUALDADE E
FRATERNIDADE

visto por Maçons e DeMolays

Direito Público:

*Liberdade, Igualdade e Fraternidade
visto por Maçons e DeMolays*



Direito Público:

*Liberdade, Igualdade e Fraternidade
visto por Maçons e DeMolays*

*Grégore Moreira De Moura
Daniel Dela Coleta Eisaqui
[Orgs.]*



Belo Horizonte | **São Paulo**
Av. Brasil, 1843, | Av. Paulista, 2444,
Savassi, Belo Horizonte, MG | 8º andar, cj 82
Tel.: 31 3261 2801 | Bela Vista – São Paulo, SP
CEP 30140-007 | CEP 01310-933

WWW.EDITORADPLACIDO.COM.BR

Copyright © 2020, D'Plácido Editora.
Copyright © 2020, Os Autores.

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida, por quaisquer meios,
sem a autorização prévia do Grupo D'Plácido.

Editor Chefe | Plácido Arraes

Editor | Tales Leon de Marco

Produtora Editorial | Bárbara Rodrigues

Capa, projeto gráfico | Letícia Robini

Diagramação | Letícia Robini

GRUPO
D'PLÁCIDO



*
Rodapé



Sumário

Apresentação.....	7
Prefácio.....	9
1. A eficácia do regime jurídico internacional e constitucional de direitos humanos na promoção da fraternidade e combate a pobreza no Brasil.....	13
<i>Caio César Alvares Loro Netto</i>	
2. O Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o princípio da solidariedade.....	29
<i>Carlos Eduardo Martins Gomes</i>	
3. Os limites do humor como problema jurídico: colisão entre liberdade religiosa e de expressão em um estado laico.....	45
<i>Daniel Dela Coleta Eisaqui</i> <i>Flavio Braga</i>	
4. Direito e liberdade em xeque: redefinindo os conceitos.....	71
<i>Denilson Victor Machado Teixeira</i>	
5. Direito ou dinheiro?	87
<i>Fabiano Zica</i>	

6. A dimensão de “fraternidade” da democracia representativa: aceite da derrota como fundamento de legitimidade.....	111
<i>Gabriel Vieira Terenzi</i>	
7. Lei Anticrime: uma análise constitucional e criminológica.....	145
<i>Grégore Moreira de Moura</i>	
8. A legítima redução do âmbito de incidência do direito penal ambiental no ordenamento jurídico brasileiro.....	163
<i>José Renato Martins</i>	
9. Financiamento de campanha e igualdade desigual.....	183
<i>Leonardo Militão Abrantes</i>	
<i>Paulo Renato Alves Oliveira</i>	
10. Os vestígios da Revolução de 1789 nos valores constitucionais contemporâneos brasileiros.....	201
<i>Leonardo Sousa Teófilo</i>	
11. O ativismo judicial e a segurança jurídica.....	219
<i>Sérgio de Oliveira Silva Júnior</i>	
12. Da participação pública na tomada de decisões de estado e da sua consideração na atuação decisória.....	237
<i>Thiago Reis Augusto Rigamonti</i>	
13. Trabalho e emprego no século XXI.....	261
<i>Vicente de Paulo Zica</i>	
Autores.....	283

Apresentação

A maçonaria se apresenta como uma entidade essencialmente iniciática, filosófica, progressista e evolucionista, cujos fins supremos são: Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Pelo título já constatamos a profundidade da presente obra, que nos brinda com uma abordagem do Direito Público, sob a ótica dos postulados maçônicos e em especial, sob a lavra da autoria de Maçons e também de integrantes da Ordem Demolay, a maior organização mundial voltada para o público juvenil.

A Maçonaria não é inimiga de nenhum governo, se são justos e sempre laborou para a consolidação do regime democrático e fortalecimento das instituições públicas. A história do Brasil consagra em seus anais inúmeros serviços prestados pela Maçonaria, sendo que nos permitimos registrar, a título de exemplos, sua ativa participação na Independência, na Abolição da Escravatura e na Proclamação da República, fruto de seu compromisso com os ideais da coisa pública. Vale aqui registrar que dos quadros da Ordem Maçônica saíram inúmeros Presidentes da República, além de várias outras autoridades públicas, que ajudaram e ajudam a construir nossa história.

Honrados com o convite para grafar essas linhas de apresentação desta importante obra, não só pelo seu objeto, mas também pela sua abordagem e curriculum de seus autores, nos exultamos de satisfação.

Nossa satisfação se funda no fato de acreditarmos que somente pela educação e conhecimento poderemos levar nosso país a um crescimento sustentável e elevá-lo a parâmetros sociais de primeiro mundo. Tudo que se refere à educação nos anima e a base de tudo passa pela produção de conhecimento, a exemplo desta obra.

Os organizadores, Dr. Grégore Moreira de Moura e Dr. Daniel Dela Coleta Eisaqui, apesar de jovens são ativos e profícuos profissionais do direito, como também, não são estreates na literatura jurídica, já nos tendo brindado com várias obras e artigos ligados à área, demonstrando seu saber jurídico, defendendo suas convicções com embasamento e conhecimento.

Ver jovens maçons com esse engajamento, que certamente é fruto da forja de nossos princípios, bem como, poder sentir sua paixão para com a coisa pública, nos alegra e motiva, pois essa semente germinará e produzirá bons frutos da conscientização coletiva, frente ao tema proposto.

Também como espelho desse sentimento de certeza de um futuro promissor para nosso país, é ter nesta obra, na condição de autores, os jovens Demolays, que apesar da tenra idade já foram contaminados pelo que denominamos de *basilum* da retidão de propósitos, que deveria contaminar a todo o povo brasileiro.

Somente com o fortalecimento dos ideais públicos poderemos conduzir essa grandiosa nação ao progresso sustentável e com imediato reflexo para seu povo, com o afastamento das mazelas afetas à malversação dos recursos públicos.

A amplitude dos diversos temas abordados afetos ao Direito Público e a concepção dos autores e sua análise sob a ótica da principiologia maçônica, nos dão a certeza da primazia desta obra, nos cabendo finalizar reverenciando seus idealizadores pela iniciativa e concitando-os a perseverança na seara constante da produção de conhecimento.

Boa leitura a todos e que absorvam os conhecimentos aqui insculpidos.
Fraternalmente

Clésio Galvão

Grão Mestre do Grande Oriente do Brasil – Minas Gerais
Advogado militante

Prefácio

A história dos Estados democráticos modernos confunde-se com a história da própria maçonaria. No Brasil, a maçonaria esteve presente, com papéis de protagonismo, nos principais acontecimentos que garantiram a formação e manutenção da nossa nação, sempre se pautando nos nobres ideais da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Nos tempos atuais, em meio ao surgimento de grandes crises sociais, políticas e econômicas que desaguam na desigualdade e laceram o tecido social, mais do que nunca se faz necessário o retorno aos valores basilares que, há séculos, tanto inspiram nossos irmãos na construção de instituições democráticas e de relações fraternas entre todos os cidadãos.

Necessário, hoje, lembrarmos que, enquanto membros da mesma nação, é nosso dever estender as mãos àqueles que necessitam de nossa ajuda, dimensão importante das atividades maçônicas. Imperativo lembrarmos da necessidade de ancorar nossas discussões na ciência, no conhecimento concreto e na razão, dissipando a construção de notícias falsas que nos aproximam do obscurantismo, tão combatido pela maçonaria.

Importante, ainda, resgatarmos a noção de que devemos lutar pela reafirmação dos valores do Estado Democrático de Direito, estes que, como bem sabemos, são condições para que mantenhamos a liberdade a nível individual e social.

O Direito Público, em meio a tudo isso, apresenta-se como peça essencial e verdadeiro veículo para a garantia do progresso e recuperação dos valores de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. E é nesse sentido que o livro que o leitor tem agora em mãos se faz de extrema importância para o entendimento de vários dos desafios atuais que enfrentamos no Brasil.

Por meio de treze artigos elaborados por juristas com vastíssimo conhecimento nas searas do Direito Público brasileiro, a coletânea traça panoramas críticos e profundos sobre problemáticas atuais em nosso país, sempre trazendo às análises os caros valores que permeiam a filosofia maçônica.

Os artigos transpassam diversas temáticas específicas. São trazidos, por exemplo, tópicos atuais do Direito Penal no Brasil, no caso dos textos “*Lei Anticrime: uma análise constitucional e criminológica*”, escrito pelo Procurador Federal Grégore Moreira de Moura, e “*A legítima redução do âmbito de incidência do direito penal ambiental no ordenamento jurídico brasileiro*”, elaborado pelo Professor José Renato Martins.

Trazem luz, ainda, a questões como a liberdade de expressão e religião, a partir do artigo “*Os limites do humor como problema jurídico: colisão entre liberdade religiosa e de expressão em um estado laico*”, escrito pelos juristas Daniel Dela Coleta Eisaqui e Flavio Braga, além de outras análises sobre aspectos dos direitos fundamentais que se mostram, hoje, urgentes. É o caso do artigo “*A eficácia do regime jurídico internacional e constitucional de direitos humanos na promoção da fraternidade e combate à pobreza no Brasil*”, escrito pelo Professor Caio César Alvares Loro Netto, e “*Direito e liberdade em xeque: redefinindo os conceitos*”, elaborado pelo Professor Denilson Machado Teixeira.

Questões concernentes à democracia e à participação social também são abordadas pelo pesquisador Gabriel Vieira Terenzi, em seu artigo “*A dimensão de ‘fraternidade’ da democracia representativa: aceite da derrota como fundamento de legitimidade*”; pelos professores Leonardo Militão Abrantes e Paulo Renato Alves Oliveira, no artigo “*Financiamento de campanha e igualdade desigual*”, e pelo advogado Thiago Reis Augusto Rigamonti, no texto “*Da participação pública na tomada de decisões de estado e da sua consideração na atuação decisória*”.

Também está presente na coletânea a tão importante pauta sobre os gastos públicos e o sistema tributário brasileiro, trazido a partir de profunda análise intitulada “*Direito ou dinheiro?*”, feita pelo Professor Fabiano Zica, além de questões concernentes ao trabalho e à seguridade social, a partir de estudo feito pelo Professor Vicente de Paulo Zica, no artigo “*Trabalho e emprego no século XXI*”, e pelo jurista Carlos Eduardo Martins Gomes, em seu texto “*O Benefício de Prestação Continuada (BPC) e o Princípio da Solidariedade*”.

Outro importante e atual tópico é tratado a partir do artigo “*O ativismo judicial e a segurança jurídica*”, elaborado pelo Professor Sérgio de Oliveira Silva Júnior. E, construído a partir de análise que mistura a his-

tória moderna e o direito constitucional brasileiro, o advogado Leonardo Sousa Teófilo, em seu artigo “*Os vestígios da Revolução de 1789 nos valores constitucionais contemporâneos brasileiros*” nos relembra das consequências para o Brasil deste importante marco histórico.

Notório que os artigos que compõem este livro, escolhidos de forma meticulosa pelos organizadores Grégore Moreira De Moura e Daniel Dela Coleta Eisaqui, refletem questões do Direito Público de extrema relevância nos tempos atuais e de altíssima reflexão. É meu desejo que as ricas críticas feitas pelos autores nos lembrem da sempre constante luta em busca da Liberdade, Igualdade e Fraternidade, de modo que tais princípios não fiquem circunscritos à comunidade maçônica, e, sim, norteiem toda a nação brasileira, carente de diretrizes claras e de valores que viabilizem a construção de uma sociedade justa, solidária e fraterna, composta por homens e mulheres livres e de bons costumes.

Valdir Moysés Simão

Valdir Simão é advogado com atuação em compliance, investigações internas, acordos de leniência e relações entre as empresas e o Estado e consultor em gestão pública e governança corporativa. Auditor-fiscal da Previdência Social e da Receita Federal do Brasil por 29 anos, ocupou vários cargos na administração pública, entre eles os de Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministro-Chefe da Controladoria Geral da União, Secretário da Fazenda, Presidente do INSS, Secretário-Adjunto da Receita Federal e Secretário-Executivo da Casa Civil da Presidência da República. Doutorando em Estado de Direito e Governança Global pela Universidade de Salamanca e Master Universitário em Direção e Gestão de Sistemas de Seguridade Social pela Universidade de Alcalá, é palestrante e professor de pós-graduação em direito.

“A história dos Estados democráticos modernos confunde-se com a história da própria maçonaria. No Brasil, a maçonaria esteve presente, com papéis de protagonismo, nos principais acontecimentos que garantiram a formação e manutenção da nossa nação, sempre se pautando nos nobres ideais da Liberdade, Igualdade e Fraternidade.

Necessário, hoje, lembrarmos que, enquanto membros da mesma nação, é nosso dever estender as mãos àqueles que necessitam de nossa ajuda, dimensão importante das atividades maçônicas. Imperativo lembrarmos da necessidade de ancorar nossas discussões na ciência, no conhecimento concreto e na razão, dissipando a construção de notícias falsas que nos aproximam do obscurantismo, tão combatido pela maçonaria.

O Direito Público, em meio a tudo isso, apresenta-se como peça essencial e verdadeiro veículo para a garantia do progresso e recuperação dos valores de Liberdade, Igualdade e Fraternidade. E é nesse sentido que o livro que o leitor tem agora em mãos se faz de extrema importância para o entendimento de vários dos desafios atuais que enfrentamos no Brasil.”

Valdir Moysés Simão



ISBN 978-65-5589-046-4



9 786555 890464